

Freire, Alessandro; Masson, Pedro; Turgeon, Mathieu
E se soubéssemos mais? Simulando os votos e as opiniões dos eleitores mais informados no Brasil
Revista de Sociologia e Política, vol. 26, núm. 67, 2018, Julho-Setembro, pp. 39-66
Universidade Federal do Paraná

DOI: 10.1590/1678987318266703

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23859362003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

E se soubéssemos mais? Simulando os votos e as opiniões dos eleitores mais informados no Brasil

Revista de
Sociologia
e Política

DOI 10.1590/1678987318266703

Alessandro Freire^I , Pedro Masson^{II}  e Mathieu Turgeon^{III} 

RESUMO **Introdução:** Décadas de pesquisas sobre a opinião pública demonstraram que a maioria das pessoas é altamente desinformada a respeito da política. Entretanto, as consequências dessa desinformação sobre o comportamento eleitoral e sobre as atitudes dos cidadãos ainda parecem pouco claras, especialmente quando se trata de jovens democracias. **Métodos:** Neste artigo, utilizamos simulações estatísticas de um eleitorado “completamente informado” a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) para responder às seguintes perguntas: (1) Como os brasileiros votariam caso fossem mais informados? (2) Como seriam as opiniões políticas dos brasileiros caso fossem mais informados? Aqui, “informação” se refere a conhecimento sobre a política e o governo de maneira geral. **Resultados:** Os resultados sugerem que os votos e as opiniões políticas dos brasileiros seriam diferentes caso eles fossem mais informados. A falta de informação parece direcionar sistematicamente as preferências coletivas, sugerindo que tais erros não são aleatórios, mas sim produto de assimetrias de informação entre os cidadãos. **Discussão:** Essas assimetrias podem ser especialmente problemáticas quando se trata de quais opiniões são levadas em consideração pelos representantes dos eleitores, ao tomarem decisões importantes. Os efeitos da desinformação política têm sido vistos sob diferentes olhares pela Ciência Política. Embora alguns teóricos argumentem que a falta de informação não tem efeitos significativos sobre a democracia, outros creem que ela pode trazer consequências notáveis para as escolhas coletivas e para as atitudes políticas dos cidadãos. Nossos resultados nos colocam ao lado do segundo grupo de pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: informação política; atalhos cognitivos; voto; opinião pública; simulações de voto

Recebido em 1 de Agosto de 2017. Aceito em 3 de Janeiro de 2018.

I. Introdução¹

¹ Agradecemos as críticas e comentários de Luciana Veiga, Ednaldo Ribeiro, Julian Borba e dos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política*. Quaisquer erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade. Os autores foram listados em ordem alfabética. Todos contribuíram igualmente para o artigo.

A constatação de que a maioria das pessoas é altamente desinformada a respeito da política constitui um dos principais consensos nos estudos sobre opinião pública. De fato, os achados de Campbell *et al.* (1960) acerca da alienação dos eleitores reproduziram-se ao longo do tempo tanto nos EUA (Converse 1964; Delli Carpini & Keeter 1996; Neuman 1986) quanto em outros contextos (Howe 2006). Entretanto, os efeitos dessa desinformação sobre o comportamento eleitoral e sobre as atitudes dos cidadãos ainda parecem pouco claros, especialmente quando se trata de jovens democracias. Alguns autores atribuem grandes consequências à falta de informação política para o processo democrático de modo geral (Althaus 1998; Bartels 1996; Gilens 2001; Turgeon & Rennó 2010), enquanto outros acreditam que as consequências são negligenciáveis (Lupia 1994; Sniderman, Brody & Tetlock 1991).

Ainda que a falta de informação política seja uma regra nas pesquisas de opinião, parte da literatura da Ciência Política questiona sua relevância para o comportamento político dos indivíduos. Isso porque, argumenta-se, as pessoas desinformadas podem, por meio de atalhos cognitivos fornecidos por outras pessoas ou grupos mais informados, comportar-se como se estivessem munidas de grande quantidade de informação sobre assuntos relativos à política (Lupia 1994; Sniderman, Brody & Tetlock 1991). Outros ainda acreditam que quando as opiniões e comportamentos são agregados, os erros devidos à falta de

informação se cancelam (Page & Shapiro 1992). Assim, a distribuição de opiniões e comportamentos observados seria, sim, bem informada.

Apesar do otimismo de parte da Ciência Política em relação à capacidade de os eleitores tomarem decisões “iluminadas”, ainda que munidos de pouca informação, ou de que as opiniões e decisões mal informadas se cancelariam por meio da agregação estatística, outra parte da literatura argumenta que a desinformação tem efeitos substanciais sobre o voto e sobre as opiniões dos cidadãos (Althaus 1998; 2003; Bartels 1996; Gilens 2001; Luskin, Fishkin & Jowell 2002). De acordo com essa parte da literatura, é equivocada a ideia de que os atalhos cognitivos ou o processo de agregação estatística são suficientes para atenuar os efeitos da alienação das pessoas em relação à política.

O intenso debate na Ciência Política a respeito dos efeitos da informação sobre a opinião pública e o comportamento eleitoral é caracterizado pela falta de estudos aplicados ao contexto brasileiro, com a exceção de poucos trabalhos como o de Turgeon e Rennó (2010). Tendo em vista essa carência de estudos aplicados ao nosso contexto, este artigo busca se aprofundar no papel da informação para o voto e para as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros. Mais especificamente, perguntamos: como votariam os eleitores brasileiros caso fossem mais informados? Analogamente, como seria a opinião pública brasileira acerca de assuntos econômicos, sociais e políticos caso os brasileiros fossem mais informados? Essas são as perguntas que procuramos responder neste artigo.

Para avaliar o efeito da informação sobre as opiniões e o voto dos brasileiros, usamos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) relativos aos anos de 2002, 2010 e 2014². Adotando um método desenvolvido por Bartels (1996) e Althaus (1998), estimamos o impacto da informação política sobre as atitudes e o comportamento eleitoral dos brasileiros. Os resultados sugerem que, caso o eleitorado brasileiro fosse mais informado sobre assuntos políticos, algumas de suas opiniões sofreriam mudanças substanciais, aumentando o apoio à redução da presença do Estado na economia em determinadas questões, ainda que também apoiando maior presença do Estado em outras. Outras atitudes em relação à democracia de maneira geral também seriam modificadas. Além disso, no tocante ao voto em pleitos presidenciais, os dados apontam que, nas eleições de 2010 e 2014, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seria o principal beneficiado por maiores níveis de informação política entre os eleitores.

Além desta introdução, o artigo está dividido da seguinte forma: na próxima seção, discutimos o papel da informação política e seus efeitos sobre as opiniões e comportamentos dos indivíduos. Apresentamos, em seguida, um diagnóstico sobre o nível de conhecimento político encontrado no eleitorado brasileiro. Na terceira seção, apresentamos o método utilizado e o modelo construído com base nos estudos de Bartels (1996) e Althaus (1998), enquanto a quarta seção traz os resultados. A última seção aborda as consequências desses achados para o funcionamento da democracia no Brasil.

II. A Informação Política e Seus Efeitos Sobre as Opiniões e Comportamentos nas Democracias

A crítica de Schumpeter (2008) à teoria clássica da democracia se baseava essencialmente na ideia de que os cidadãos são incapazes de se tornar altamente conscientes sobre a política, e que os esforços para educá-los seriam virtualmente ineficazes. Schumpeter afirma que “o cidadão típico cai para um nível inferior de desempenho mental assim que adentra o campo da política”³ (Schumpeter 2008, p.262). De fato, a preocupação com os efeitos da ignorância

² As eleições de 2006 não foram analisadas neste artigo em virtude de problemas com a base de dados do ESEB (2006). Por exemplo, não há pergunta sobre a raça/cor do entrevistado, uma variável de controle em nossos modelos.

³ No trecho original: “[...] the typical citizen drops down to a lower level of mental performance as soon as he enters the political field”. Tradução livre.

política das massas para o funcionamento da democracia tem sido uma constante na Ciência Política, especialmente nos estudos sobre opinião pública.

Converse (1964; 1990) foi um dos principais autores a enfatizar os contrastes de níveis de informação entre as elites políticas e os cidadãos, afirmando que o conhecimento político tem uma média baixa e variância alta. As elites políticas estariam em um extremo da distribuição de conhecimento político, consumindo grandes quantidades de informação diariamente, em virtude da competição inerente às suas funções. No outro extremo da distribuição estaria a esmagadora maioria das pessoas, carecendo das informações mais essenciais ao exercício de sua cidadania. Com base em resultados de pesquisas de opinião, Converse concluiu que os cidadãos em geral não possuem atitudes políticas verdadeiras (*non-attitudes*), estando inaptos para acompanhar e, portanto, participar de debates democráticos.

Desde essas constatações, muito foi pesquisado e debatido acerca dos efeitos da desinformação política sobre as atitudes das massas. Dessas pesquisas e debates surgiram teorias com conclusões contrastantes sobre a capacidade do cidadão médio de participar ativamente da vida democrática. Parte dessas teorias procura demonstrar que os cidadãos são suficientemente competentes para exercer suas incumbências como eleitores, ainda que careçam de muitas informações sobre a política, enquanto outra parte enfatiza os possíveis efeitos negativos da falta de informação política sobre o voto e as atitudes políticas dos cidadãos.

Uma dessas teorias estipula que os eleitores frequentemente recorrem a atalhos cognitivos para suprir sua falta de informação (Sniderman, Brody & Tetlock 1991). Esses atalhos correspondem às deixas ou informações simples que são disponibilizadas à sociedade por lideranças, personalidades eminentes e especialistas. Com base nesses atalhos, pessoas pouco informadas podem formar suas opiniões e definir seus comportamentos, bem como votar da mesma forma que aquelas dotadas de mais informação política e de interesses e valores similares. Isto é, os indivíduos podem recorrer a pedaços de informação para definir suas escolhas e seus posicionamentos sobre assuntos complexos que estão fora do alcance de sua compreensão: outras pessoas mais informadas e de interesses e valores similares fazem o trabalho no lugar delas.

Um dos principais estudos cujos achados corroboram as teorias dos atalhos cognitivos é o de Lupia (1994), sobre a votação da reforma de seguros automobilísticos na Califórnia dos anos 1980. De acordo com os resultados de sua pesquisa, os eleitores pouco informados sobre as propostas de reforma, quando munidos de deixas ou pedaços de informação acerca dessas mesmas propostas obtidos de grupos representantes de advogados, defensores de consumidores e empresas de seguro, conseguiram emular o comportamento de indivíduos altamente informados, sem prejuízos aos seus interesses.

A ideia de que a desinformação é menos nociva do que parece ser para a democracia também encontra respaldo na teoria de agregação estatística. Nessa perspectiva, erros individuais de informação são cancelados em meio à amálgama de opiniões coletivas, ainda que os indivíduos apresentem opiniões contraditórias e erros de informação ao longo do tempo (Converse, 1990; Page & Shapiro, 1992). Em outras palavras, as inconsistências e os erros das opiniões de alguns indivíduos seriam cancelados pelas inconsistências e os erros de outros indivíduos. Da agregação dessas inconsistências restaria, no fim, uma racionalidade coletiva que possui sentido.

Em contraste aos achados de Lupia (1994) e Page e Shapiro (1992), a análise do voto nas eleições presidenciais dos Estados Unidos conduzida por Bartels (1996) apontou para uma distorção significativa nas escolhas feitas por eleitores

pouco informados. A partir de simulações estatísticas de um eleitorado hipotético “completamente informado”, Bartels encontrou diferenças substanciais no voto de eleitores com características sociodemográficas semelhantes, porém com diferentes níveis de informação. Os achados do autor contestam a eficácia dos atalhos informacionais e da agregação estatística, evidenciando os efeitos das assimetrias de informação sobre o voto do eleitorado estadunidense.

Utilizando-se de metodologia semelhante à de Delli Carpini e Keeter (1996) e Bartels (1996), Althaus (1998) estudou os efeitos da informação sobre as atitudes dos cidadãos frente a questões sociais e econômicas. As conclusões de Althaus (1998) sugerem que, embora os atalhos informacionais e o processo de agregação estatística possam reduzir as distorções provocadas pela desinformação em determinados assuntos, os efeitos da falta de informação não são negligenciáveis. Dessa forma, se as pessoas fossem mais informadas, suas atitudes poderiam revelar-se mais liberais em alguns aspectos e mais conservadoras em outros. Seguramente, o autor conclui, a opinião pública americana não seria a mesma caso o público fosse mais informado. Assim, Bartels (1996) e Atlhaus (1998) contestam as ideias de que atalhos informacionais permitem a emulação de comportamentos e atitudes políticas informadas e de que os erros da opinião pública são cancelados pela agregação, afirmando que esses erros não são aleatórios, mas sistematicamente provocados pela falta de informação. Gilens (2001), por meio de métodos experimentais em pesquisas de *survey*, chega a conclusões semelhantes.

O experimento deliberativo conduzido por Luskin *et al.* (2002) trouxe também evidências de efeitos substanciais da informação sobre as opiniões. A partir de uma amostra aleatória nacional da Grã-Bretanha, os autores realizaram um experimento onde cidadãos com opiniões divergentes foram reunidos em um mesmo local para debaterem um tema específico (no caso, segurança pública). A deliberação, de acordo com os resultados, teve o efeito de alterar as opiniões dos participantes de maneira significativa. Isto é, ao serem expostas a diferentes pontos de vista e aumentarem seu conhecimento sobre o assunto, as pessoas ponderaram suas opiniões e mudaram muitas suas atitudes no tocante ao tema da segurança pública.

Consequentemente, se as opiniões e os comportamentos das pessoas são suscetíveis a mudanças à luz de novas informações, faz sentido a ideia de que a informação política importa para o processo democrático de modo geral. Essa é uma das principais polêmicas nos estudos sobre comportamento eleitoral e opinião pública, dado que: (a) boa parte das teorias democráticas contemporâneas pressupõe a capacidade de os cidadãos discernirem entre diferentes propostas políticas e identificarem quais lideranças estão mais aptas a representar seus interesses na esfera pública (Schumpeter 2008); e (b) boa parte do público também reagir entre as eleições quando os eleitos adotam políticas públicas que desagradam os eleitores.

Adicionalmente, o debate sobre o papel da informação política nas democracias contemporâneas implica um debate sobre o papel do governo nas sociedades contemporâneas. Se a constatação da ignorância das massas é essencialmente pacífica na literatura, as formas de remediar-a estão longe de sé-lo. Somin (1998) e Ciepley (1999) fizeram considerações normativas acerca da incapacidade de os eleitores compreenderem e avaliarem as funções do Estado, expandidas ao longo do século XX. Enquanto Somin (1998) propõe que o Estado tenha funções reduzidas para facilitar o exercício de *accountability* por parte dos eleitores, os quais carecem de conhecimentos elementares sobre o governo, Ciepley (1999), recorrendo às visões de Weber sobre a democracia, afirma que a ignorância das massas não constitui um empecilho a um Estado

ativo e interventor, uma vez que a democracia não necessariamente pressupõe o controle direto dos eleitores sobre as políticas empreendidas pelo Estado.

No que tange o contexto brasileiro, ainda há poucas pesquisas sobre os efeitos da informação política *per se*. Almeida (2007) destaca a importância da escolaridade formal para o desenvolvimento de atitudes mais liberais em relação à presença do Estado na economia e para a aquiescência às leis, manifestada sobretudo na rejeição ao “jeitinho brasileiro”. Ainda que o aumento da escolaridade formal possa ser entendido como uma condição necessária para a formação de cidadãos mais informados sobre a política, a literatura especializada vem apontando o contraste entre a tendência de crescimento da escolarização formal encontrada em diversos países e a relativa estabilidade dos níveis de informação política ao longo do tempo (Luskin 1990).

Ademais, a pesquisa de Almeida (2007) se limita à apresentação de estatísticas descritivas, as quais não permitem dissociar os efeitos da escolaridade e da renda dos efeitos da informação política. Por fim, outras questões metodológicas, como a falha em apresentar o número de respostas válidas em determinados cruzamentos comprometem as inferências apresentadas em seu trabalho (Fialho 2008).

Batista-Pereira (2013) analisou o efeito da sofisticação política sobre a consistência e estabilidade das opiniões dos eleitores de Caxias do Sul (RS) e Juiz de Fora (MG). Por meio de um estudo em painel, o autor demonstra que os eleitores mais sofisticados têm opiniões mais estruturadas ideologicamente e mais estáveis ao longo do tempo. Opiniões pouco estruturadas e instáveis podem, em tese, fazer com que os eleitores menos informados votem de maneira errática, escolhendo candidatos cujas plataformas políticas são contrastantes com suas preferências políticas.

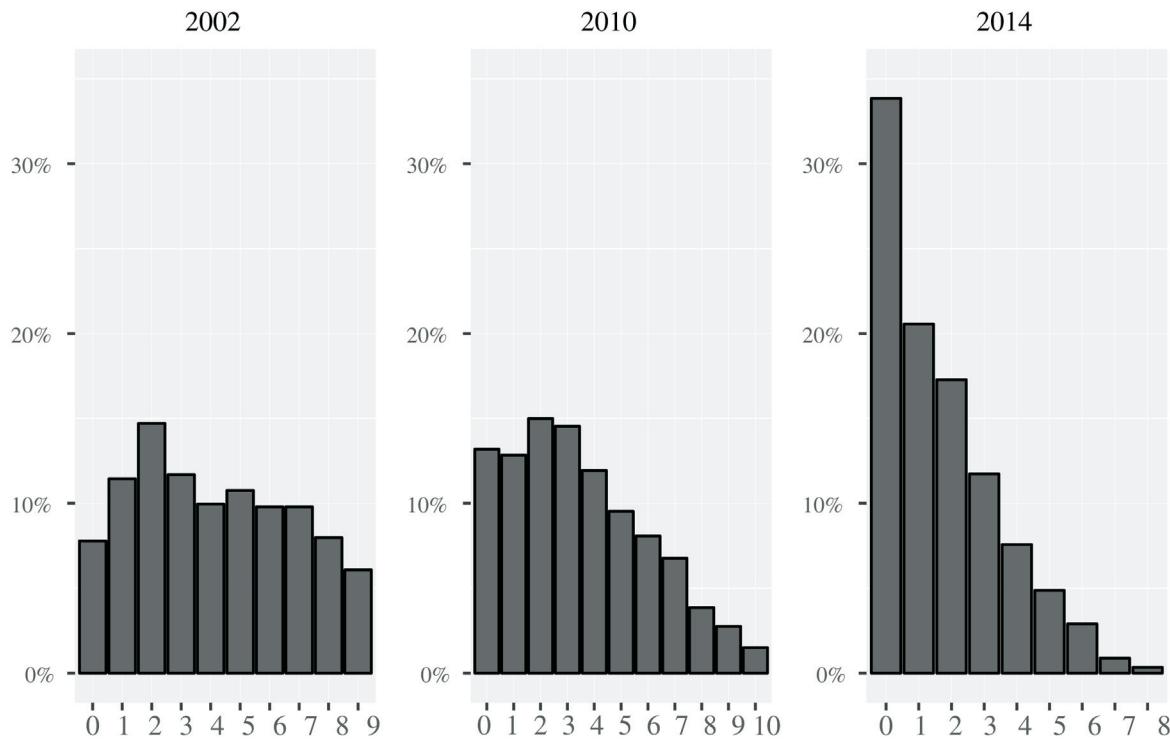
Turgeon e Rennó (2010) avançaram metodologicamente na análise dos efeitos da informação sobre as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros. Usando um experimento em *survey*, os autores demonstraram que informações sobre as fontes de receitas e gastos do Governo Federal podem condicionar as opiniões dos entrevistados sobre os impostos e os gastos no Brasil. Mais especificamente, apontaram que os indivíduos que foram expostos às informações sobre receitas e gastos do governo se manifestaram mais favoráveis à redução dos impostos e dos gastos governamentais do que aqueles que não receberam tais informações.

Em face dos achados contrastantes da literatura sobre o tema da desinformação das massas e da carência de estudos aplicados ao contexto brasileiro, este artigo busca a simulação contrafactual de um eleitorado “completamente informado” no Brasil, como proposto por Bartels (1996) e Althaus (1998). Partimos da hipótese de que a informação possui efeitos sobre as opiniões e comportamentos individuais, embora não saibamos *como* as opiniões e votos seriam afetados por maiores níveis de informação. Isto é, não apontamos, como Bartels e Althaus, uma direção específica para a qual a opinião pública deveria se mover caso os cidadãos fossem “completamente informados”. Como será demonstrado na seção seguinte, os eleitores brasileiros, da mesma forma que americanos e outros, são caracterizados por níveis baixos de informação política.

III. A informação política entre os brasileiros

O baixo nível de informação política por parte dos cidadãos brasileiros torna-se nítido ao analisarmos os resultados da bateria de perguntas de conhecimento político dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) de 2002, 2010 e 2014. Os ESEBs destes anos contaram com amostras aleatórias nacionais de

Gráfico 1 – Distribuição do conhecimento político no eleitorado brasileiro para os anos de 2002, 2010 e 2014



Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2002; 2010; 2014).

2.513, 2.000 e 3.136 eleitores brasileiros de 16 anos ou mais, no período pós-eleitoral. O Gráfico 1 apresenta a distribuição do conhecimento político no eleitorado brasileiro para os anos de 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Para cada ano do estudo, os respondentes foram questionados com uma bateria de itens, com o propósito de medir seu conhecimento político. Para cada questão respondida corretamente, o valor de 1 foi atribuído e, caso contrário, o valor de 0. As escalas de conhecimento político são compostas de 9 itens para o ano de 2002, 10 itens para 2010 e 8 itens para 2014. A título de exemplo, para o ano de 2010, as perguntas usadas para medir o conhecimento político são divididas da seguinte forma: duas perguntas são de respostas na forma de certa ou errada (p.ex.: “Geraldo Alckmin é filiado ao PSDB?”)⁴; cinco se referem à identificação da legenda dos políticos (p.ex.: “Vou ler para o(a) sr(a) o nome de alguns políticos e gostaria que me dissesse a qual partido eles são filiados”); duas onde o entrevistado deveria posicionar os partidos em uma escala de 1 a 10, da esquerda para a direita (considerados corretos aqueles que conseguiram identificar o PT à esquerda do PSDB e do DEM); e uma onde o entrevistado deveria posicionar o candidato à presidência nessa mesma escala (considerados certos aqueles que conseguiram identificar Dilma à esquerda de José Serra).

É importante fazer a ressalva de que nossa medida de conhecimento político é limitada. Em primeiro lugar, as perguntas feitas entre as diferentes edições do ESEB analisadas não são as mesmas, o que impossibilita uma comparação temporal mais rigorosa da distribuição de conhecimento político no eleitorado brasileiro. Outra limitação se refere ao nível de dificuldade das perguntas, que varia consideravelmente entre as edições de 2002, 2010 e 2014, como sugerem os histogramas apresentados no Gráfico 1. Os detalhes das perguntas usadas para os anos de 2002, 2010 e 2014 são apresentados no Apêndice.

⁴ O questionário incluiu mais duas outras perguntas desse tipo que não foram consideradas para essas análises. As duas perguntas não foram incluídas porque elas não permitem discriminar os respondentes dado que em ambos casos mais de 93% acertaram corretamente as perguntas.

O Gráfico 1 ilustra claramente que a distribuição de conhecimento político no Brasil apresenta uma média baixa. Mais especificamente, os respondentes acertaram em média 4,15 itens de 9 (d.p. = 2,67), 3,48 itens de 10 (d.p. = 2,38) e 1,71 itens de 8 (d.p. = 1,77) em 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Como podemos ver, a grande maioria dos respondentes se concentra na cauda esquerda da distribuição de conhecimento. Em 2002, por exemplo, 66,3% dos respondentes acertaram 5 ou menos das 9 perguntas. Em 2014, 54,4% dos respondentes acertaram uma ou nenhuma das 8 perguntas e apenas 8 dos 2.378 respondentes que responderam às perguntas acertaram todas. Sem dúvida, essas figuras e estatísticas ilustram o quanto pouco informado é o eleitorado brasileiro acerca de assuntos políticos. Resta saber, agora, como essa falta de conhecimento político afeta as atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros.

IV. Simulando os efeitos do conhecimento político

Para estimar os efeitos do conhecimento político sobre o voto e sobre as atitudes dos brasileiros, utilizamos as mesmas três bases de dados mencionadas acima, os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) de 2002, 2010 e 2014. Baseando-se na metodologia empregada por Delli Carpini e Keeter (1996), Bartels (1996) e Althaus (1998), o modelo que aplicamos tem como objetivo estimar os efeitos da informação em um eleitorado hipotético “completamente informado”.

Para isso, são atribuídos os votos e atitudes políticas dos indivíduos mais informados, pertencentes a determinados grupos demográficos, a todos os demais membros de cada grupo. Por exemplo, a opinião ou o voto dos indivíduos mais informados com as características sociodemográficas x , y e z , como renda, escolaridade e gênero, por exemplo, são atribuídos a todos os demais indivíduos menos informados com as mesmas características. Essas características demográficas correspondem a características relativamente estáveis dos indivíduos entrevistados e que podem surtir efeitos sobre seus votos e atitudes políticas (Althaus 1998, p.548). Em suma, a ideia é “imputar” as atitudes e votos de pessoas mais informadas a pessoas idênticas a elas, porém menos informadas.

Para simular os efeitos do conhecimento político sobre as atitudes políticas e votos dos eleitores é necessário que, primeiramente, as atitudes políticas e votos sejam regredidos sobre o conhecimento político, variáveis sociodemográficas e a interação entre o conhecimento político e cada variável sociodemográfica. Desses regressões são obtidos coeficientes estimados, os quais são usados, em seguida, para calcular as atitudes políticas e votos preditos pelo modelo, usando os valores médios das variáveis sociodemográficas e de conhecimento político. Esses coeficientes são também utilizados para calcular as atitudes políticas e votos preditos para um eleitorado “completamente informado”, usando dessa vez o valor máximo da variável de conhecimento político no lugar da média (esses valores correspondem a 9, 10 e 8 para as edições de 2002, 2010 e 2014 do ESEB, respectivamente). Assim, obtemos atitudes políticas e votos preditos para o eleitorado como ele é e como ele seria, caso fosse completamente informado. A comparação entre essas duas previsões permite avaliar os efeitos do conhecimento político sobre essas mesmas atitudes políticas e votos.

Para as estimativas e cálculos dos valores preditos são utilizadas a variável de conhecimento político, como definida na seção anterior, e as variáveis sociodemográficas “Gênero”, “Idade”, “Escolaridade”, “Estado Civil”, “Cor”, “Faixa de Renda Familiar”, “Número de Pessoas na Casa”, “Sindicalismo” e “Religião”. “Gênero” foi codificado como um (1) para mulher e homem como zero (0). “Idade” foi mensurada em anos. “Escolaridade” foi codificada por nível escolar, indo de “analfabeto” (1), até “pós-graduação ou mais” (10).

“Casado” foi codificada como um (1) e outros estados civis como zero (0). “Preto” e “Pardo”, foram codificadas como um (1), de acordo com a resposta apropriada, e as demais com zero (0). “Renda Familiar” foi medida em reais correntes (R\$). “Número de Pessoas na Casa” foi codificada em categorias indo de “uma pessoa” (1), até “catorze pessoas” (14). “Sindicalizado” foi codificada como um (1) para os entrevistados que fossem sindicalizados e o restante como zero (0). Em “Religião”, “católico” e “evangélico” foram codificadas como um (1), assumindo-se o valor zero (0) para as demais respostas⁵.

O procedimento definido acima foi aplicado a 13, 20 e 13 perguntas relativas a atitudes políticas, econômicas e sociais, abordadas pelo ESEB 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Essas perguntas abrangem temas variados, tais como as atitudes em relação à democracia, o papel do Estado na economia e a aquiescência às leis. O mesmo procedimento também foi aplicado aos votos no primeiro e no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2014. Utilizamos a regressão logit multinomial para a análise do voto no primeiro turno, com três ou mais candidatos, e a regressão logit para o voto no segundo turno e para as atitudes políticas (recodificadas em variáveis dicotômicas).

Nossa abordagem observacional, ainda que atenta a variáveis de controle importantes, não possui a mesma robustez para inferências causais de uma abordagem experimental. Isto é, como não manipulamos a variável de conhecimento na amostra, não podemos ter certeza de que nosso modelo não sofre de um possível viés de variável omitida. Por outro lado, essa limitação é contrabalanceada pela validade externa de nosso estudo, dado o fato de que as amostras do ESEB são representativas do eleitorado brasileiro. O *trade-off* entre validades interna e externa é uma constante no campo da Ciência Política, ainda que determinados métodos, como os experimentos de *surveys*, possam assegurar ganhos em ambas (Mutz 2011). Por fim, dado que o estudo de Turgeon e Rennó (2010) já fez uso de um experimento de *survey*, nossas análises fornecem novos *insights* para o estudo dos efeitos da informação política por meio de uma ferramenta metodológica diversificada.

A seguir, apresentamos os efeitos do conhecimento político sobre essas atitudes políticas e votos.

V. Resultados

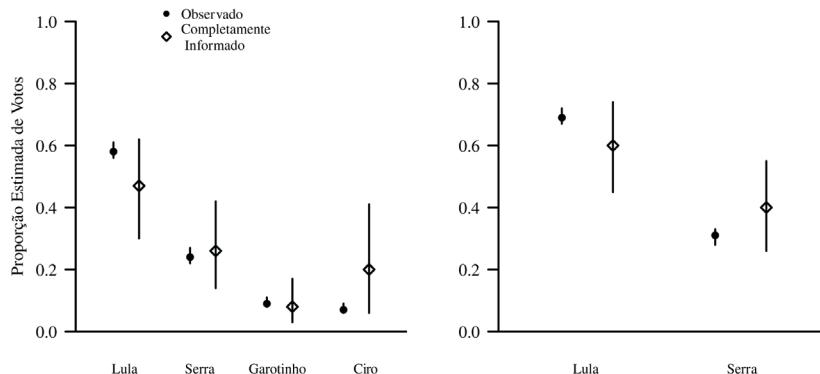
As variáveis dependentes do modelo são categóricas e correspondem ao voto nos principais candidatos dos respectivos pleitos. Excluímos os votos em candidatos pouco expressivos (os que obtiveram menos de 10% do total de votos válidos), os votos brancos e nulos, os eleitores que declararam não ter votado e os que não se lembravam ou se recusaram a responder.

O Gráfico 2 apresenta o resultado das simulações de voto nas eleições presidenciais de 2002. Comparamos a simulação do voto com base nos valores médios das variáveis independentes do modelo com a simulação do voto “completamente informado”, isto é, atribuindo o valor máximo da variável de conhecimento político (neste caso, 9) a todos os indivíduos. As estimativas são acompanhadas dos intervalos de confiança de 95%. O Gráfico 2 demonstra que o voto simulado “completamente informado” prejudicaria Lula no primeiro turno em 2002, embora haja sobreposição entre os intervalos de confiança. O voto em Lula simulado com base nos valores observados indica que o petista abarcaria 58,4% dos votos no primeiro turno, ao passo que, em um eleitorado “completamente informado”, essa parcela corresponderia a 46,8%.

José Serra praticamente não seria afetado caso a opinião pública fosse mais informada. As simulações mostram um aumento de 24,4% dos votos para 25,5% no candidato tucano. Além disso, o modelo sugere que Garotinho e Ciro

⁵ Realizamos análises adicionais do voto incluindo pesos amostrais para os anos de 2002 e 2014 (anos que exigem pesos para análises, segundo os documentos do ESEB) como variáveis independentes nas simulações. A inclusão dos pesos não alterou de qualquer forma nossos resultados.

Gráfico 2 – Simulações de voto nas eleições presidenciais de 2002
Primeiro Turno Segundo Turno



Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2002).

Gomes teriam seus votos alterados caso os eleitores fossem “completamente informados”, saindo de 9,4% e 7,7% para 7,8% e 19,7%, respectivamente.

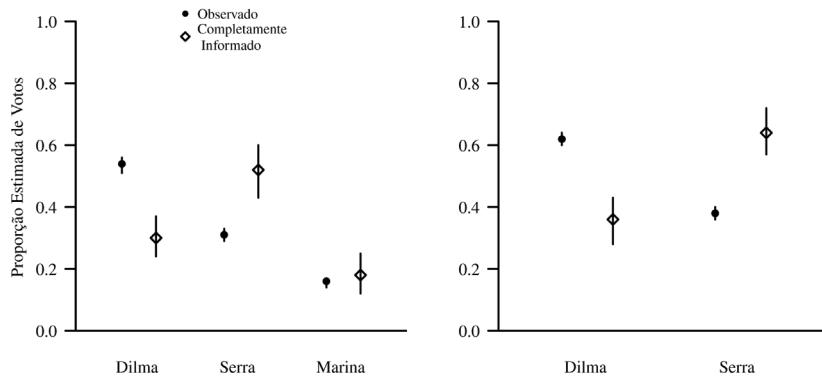
Para o segundo turno, as simulações sugerem que um eleitorado “completamente informado” tenderia a prejudicar Lula, ainda que, novamente, os intervalos de confiança apresentem sobreposição. Como indica o Gráfico 2, a simulação do voto “completamente informado” aponta que o candidato petista teria uma queda em sua vantagem em relação a José Serra, caindo de 69,4% dos votos para 60,2%, no segundo turno de 2002. Entretanto, cabe ressaltar que as simulações de voto demonstram que, caso os eleitores fossem “completamente informados”, o resultado do pleito permaneceria inalterado.

Ainda que as simulações para 2002 não tenham atingido significância, esses resultados convergem parcialmente com os de Bartels (1996) sobre as eleições norte-americanas, em que o partido democrata, mais à esquerda no espectro ideológico, seria prejudicado com menos votos. Ainda que nossas simulações não tenham atingido significância estatística, os resultados apontam para uma redução do número de votos no candidato petista, mais inclinado à esquerda em comparação a José Serra. Por outro lado, é importante ressaltar que a campanha de Lula, em 2002, trouxe uma série de mudanças em seu discurso, incluindo a disposição a cooperar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no pagamento da dívida externa, uma bandeira historicamente combatida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela esquerda de maneira geral. Soma-se a isso o fato de que o PT assumiu o compromisso de dar continuidade às bases da política macroeconómica do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), também historicamente combatida pelo PT e pela esquerda.

Entretanto, as simulações de voto dos brasileiros em 2010 sugerem uma inversão dos resultados, tanto no primeiro quanto no segundo turno, caso os eleitores fossem “completamente informados”, como indica o Gráfico 3. Nesse cenário, no primeiro turno a votação em José Serra (PSDB) cresceria substancialmente, passando de 30,9% para 51,8% dos votos válidos, não havendo sobreposição entre os intervalos de confiança. Em contraste, os votos destinados a Dilma Rousseff passariam de 53,5% a 30,4%, mudança que também não apresenta sobreposição entre os intervalos de confiança. A simulação dos votos em Marina Silva não apresentou mudanças expressivas na hipótese de eleitores mais informados, embora aponte para um aumento no número de votos na candidata, de 15,5% para 17,7%.

No segundo turno de 2010 as simulações apontaram para a mesma direção. No Gráfico 3, José Serra (PSDB) aparece mais uma vez como o favorecido por

Gráfico 3 – Simulações de voto Simulações de voto nas eleições presidenciais de 2010
 Primeiro Turno Segundo Turno



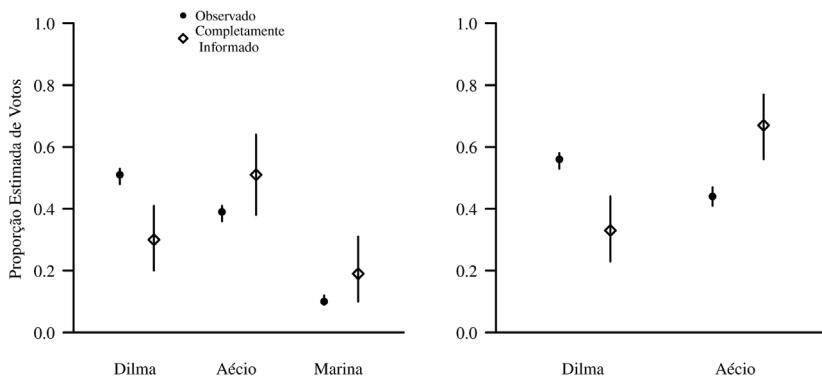
Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2010).

um eleitorado “completamente informado”, passando de um apoio eleitoral de 37,9% para 64,4%. Dilma Rousseff (PT), por sua vez, cairia de 62,0% para 35,5%, invertendo os resultados das eleições presidenciais de 2010.

As simulações de voto presidencial nas eleições de 2014 repetem o padrão das eleições de 2010, mais uma vez mostrando o favorecimento ao PSDB, embora os intervalos de confiança apresentem sobreposição no primeiro turno. O Gráfico 4 traz as simulações de voto no primeiro turno, mostrando um aumento de pouco mais de 12 pontos percentuais no número de votos em Aécio Neves na hipótese de um eleitorado “completamente informado”, passando de 38,9% para 51,2%. Marina Silva também seria beneficiada, passando de 10,5% para 18,7% do total de votos no primeiro turno. Consequentemente, Dilma Rousseff, assim como nas simulações de 2010, perderia votos de eleitores “completamente informados”, caindo de 50,5% para 29,9% dos votos.

No Gráfico 4, os resultados das simulações para o segundo turno das eleições de 2014 mostram Aécio Neves mais uma vez à frente de Dilma Rousseff na hipótese de eleitores “completamente informados”. O aumento do apoio ao tucano seria de pouco mais de 23%, segundo nossas estimativas, fazendo Dilma cair de 55,9% para 32,8% do total de votos.

Gráfico 4 – Simulações de voto Simulações de voto nas eleições presidenciais de 2014
Primeiro Turno Segundo Turno



Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2014).

VI. Os efeitos da informação sobre as atitudes políticas dos brasileiros

Nossas análises acerca dos efeitos da informação sobre as atitudes políticas dos brasileiros partem dos mesmos dados e do mesmo modelo utilizado nas análises do voto no segundo turno, apenas alterando a variável dependente nas regressões. Nestas simulações, utilizamos perguntas diversas retiradas das edições do ESEB de 2002, 2010 e 2014. A maioria das perguntas têm respostas baseadas em escalas Likert (“Concorda muito”, “Concorda”, “Não concorda nem discorda”, “Discorda” e “Discorda muito”) e foram recodificadas em variáveis dicotômicas. Excluímos as respostas “Não concorda nem discorda” e os que não souberam ou se recusaram a responder.

As respostas foram codificadas de forma que “1” corresponde a posicionamentos mais liberais (*i.e.*, é, menos intervenção estatal) e “0” a posicionamentos menos liberais (*i.e.*, mais intervenção estatal). A última bateria de perguntas do ESEB 2014 é composta por variáveis contínuas que vão de 1 a 10 com denominações nos extremos da escala. Nessas perguntas, excluímos também aqueles que não souberam ou se recusaram a responder. Assim como no caso do voto, simulamos as opiniões com base na média das variáveis independentes do modelo e com base no modelo de um eleitorado “completamente informado”, imputando o valor máximo da variável de conhecimento político a todos os indivíduos.

A Tabela 1 apresenta a comparação entre as opiniões simuladas na média e as opiniões “completamente informadas”, usando dados do ESEB de 2002 relativos a atitudes quanto à intervenção do Estado na economia. Em três das treze perguntas (23% do total) houve mudança sem sobreposição nos intervalos de confiança, sendo que todas elas apontam para uma mudança em direção a atitudes mais liberais dos brasileiros na economia. Uma dessas mudanças é digna de atenção, pois indica uma inversão de lado na opinião pública brasileira.

Como revela a Tabela 1, na hipótese de eleitores “completamente informados”, a rejeição à intervenção excessiva nas empresas, com o governo dizendo tudo o que elas devem fazer, aumentaria de 51,1% para 81,7% das respostas. Em outra pergunta, as simulações também indicaram um direcionamento mais liberal da opinião pública brasileira. A maioria dos brasileiros deixaria de apoiar a definição de salários pelo governo em um cenário hipotético de informação política completa. De fato, a mudança é notável, com um aumento de pouco mais de 45 pontos percentuais, convertendo a minoria em maioria. Por fim, outra mudança significativa foi encontrada nas opiniões sobre a expulsão de empresas estrangeiras do país. Embora já majoritária, a rejeição a essa política passou de 80,9% para 92%.

Cabe destacar, contudo, que algumas opiniões se moveram em uma direção menos liberal, ainda que os intervalos de confiança das simulações tenham apresentado sobreposição. Por exemplo, o apoio à exclusividade das empresas no treinamento de trabalhadores e na definição dos locais de construção de fábricas foram reduzidos em 7 e 14 pontos percentuais, respectivamente. O apoio à entrada de produtos estrangeiros e ao envio do lucro de empresas ao exterior também foram reduzidos em pouco mais de 8 e 9 pontos percentuais, respectivamente. Ainda assim, 9 das 13 opiniões (69,2%) tiveram mudanças de opinião em uma direção mais liberal.

A Tabela 2 traz os resultados das simulações com dados do ESEB de 2010. Desta vez, todos os resultados tiveram intervalos de confiança com sobreposição. Além disso, as mudanças são relativamente pequenas quando comparadas às constatadas nas análises de 2002, com apenas duas opiniões sofrendo alterações de mais de dez pontos percentuais e nenhuma delas apresentando

Tabela 1 - Comparação entre as opiniões simuladas na média e as opiniões “completamente informadas”, com base em dados do ESEB de 2002

Opinião	Área	Observada (I.C. 95%)	“Completamente Informada” (I.C. 95%)	Diferença
O governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como, por exemplo, do transporte (percentual discordando)	Econômica	11,5% (10,1 - 13,0)	21,2% (10,2 - 37,0)	+9,7 p.p.
O governo deve dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como por exemplo quantos banheiros elas têm que ter (percentual discordando)	Econômica	51,2% (48,7 - 53,5)	81,9% (72,2 - 89,1)	+30,7 p.p.
Só as empresas, e nunca o governo, têm que treinar a mão-de-obra e os trabalhadores (percentual concordando)	Econômica	43,3% (41,0 - 45,6)	36,6% (24,0 - 49,8)	-7,3 p.p.
O governo deve socorrer as empresas em dificuldades (percentual discordando)	Econômica	15,8% (14,0 - 17,6)	18,0% (8,9 - 30,9)	+2,2 p.p.
O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil (percentual discordando)	Econômica	41,5% (38,9 - 44,0)	86,9% (78,6 - 93,0)	+45,4 p.p.
Só as empresas, e nunca o governo, devem escolher onde construir uma nova fábrica (percentual concordando)	Econômica	41,6% (39,2 - 43,8)	27,8% (17,6 - 39,7)	-13,8 p.p.
O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil (percentual discordando)	Econômica	19,5% (17,6 - 21,4)	36,8% (22,1 - 53,5)	+17,3 p.p.
O governo precisa dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil (percentual discordando)	Econômica	25,1% (23,1 - 26,9)	16,5% (9,3 - 26,3)	-8,6 p.p.
O governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil (percentual discordando)	Econômica	52,2% (49,8 - 54,4)	61,0% (47,5 - 72,9)	+8,8 p.p.
O governo deve permitir que empresas estrangeiras enviem todo o lucro para o exterior (percentual concordando)	Econômica	22,6% (20,7 - 24,4)	13,1% (7,3 - 21,6)	-9,5 p.p.
O governo deve oferecer facilidades para atrair investimentos de grandes empresas estrangeiras para o Brasil (percentual concordando)	Econômica	77,9% (75,8 - 79,6)	81,7% (70,6 - 89,6)	+3,8 p.p.
O governo deve proibir que estrangeiros comprem terras no Brasil (percentual discordando)	Econômica	50,4% (48,1 - 52,6)	57,9% (44,1 - 70,4)	+7,5 p.p.
O governo deve obrigar todas as empresas estrangeiras a ir embora do Brasil (percentual discordando)	Econômica	80,9% (78,8 - 82,8)	92,0% (85,9 - 95,8)	+11,1 p.p.

Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2002).

uma mudança de direção da opinião pública brasileira. Assim como em 2002, contudo, a maior parte das opiniões se moveu em sentido mais liberal (70%).

Por fim, a Tabela 3 apresenta os resultados das simulações com dados do ESEB 2014. Duas opiniões tiveram mudanças sem sobreposição de intervalos de confiança. A afirmativa sobre a validade das manifestações que se utilizam da violência teve uma mudança estatisticamente significante e expressiva. As simulações sugerem que, caso os eleitores fossem mais informados, o apoio ao uso da violência em manifestações por melhorias dos serviços públicos aumentaria mais de 20%. É importante ressaltar que as simulações indicam uma mudança na opinião pública, com a minoria de apoiadores do uso da violência em manifestações se transformando em uma maioria. Esse resultado parece

Tabela 2 - Comparação entre as opiniões simuladas na média e as opiniões “completamente informadas”, com base em dados do ESEB de 2010

Opinião	Área	Observada (I.C. 95%)	“Completamente Informada” (I.C. 95%)	Diferença
As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros (porcentagem concordando)	Econômica	69,7% (67,4 - 72,0)	73,3% (65,7 - 79,9)	+3,6 p.p.
Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia (porcentagem discordando)	Econômica	8,3% (7,1 - 9,7)	12,3% (7,2 - 19,5)	+4,0 p.p.
A privatização das empresas estatais foi boa para o país (percentual concordando)	Econômica	40,2% (37,7 - 42,9)	43,2% (34,6 - 52,2)	+3,0 p.p.
É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados (percentual concordando)	Econômica	21,9% (19,9 - 24,1)	26,2% (19,1 - 34,2)	+4,3 p.p.
O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual (percentual concordando)	Social	43,2% (40,8 - 45,7)	36,0% (28,5 - 44,2)	-7,2 p.p.
Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres (percentual discordando)	Social	7,6% (6,3 - 8,9)	8,8% (4,9 - 14,3)	+1,2 p.p.
O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos (percentual concordando)	Econômica	35,6% (33,2 - 38,0)	37,2% (29,3 - 45,4)	+1,6 p.p.
Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais (percentual concordando)	Social	27,0% (24,8 - 29,1)	19,5% (14,5 - 25,9)	-7,5 p.p.
Para se manter a ordem, as leis devem ser obedecidas sempre, mesmo se forem injustas (percentual concordando)	Social	37,9% (35,4 - 40,5)	30,1% (22,8 - 38,3)	-7,8 p.p.
Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia (percentual concordando)	Política	49,5% (46,8 - 52,2)	47,6% (38,2 - 56,9)	-1,9 p.p.
A injustiça é a maior violência, contra ela os injustiçados têm o direito de usar a força, mesmo desrespeitando a lei (percentual discordando)	Política	79,9% (77,8 - 81,9)	85,0% (78,9 - 88,9)	+5,1 p.p.
A democracia não basta para resolver a imensa desigualdade social no Brasil (percentual discordando)	Política	56,1% (53,1 - 59,0)	45,6% (35,6 - 56,0)	-10,5 p.p.
O Governo deve ter o direito de censurar jornais, TVs e rádios quando eles passam dos limites (percentual discordando)	Política	73,6% (71,1 - 75,9)	65,4% (56,4 - 73,7)	-10,2 p.p.
Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com a maior igualdade possível (percentual discordando)	Social	48,5% (45,2 - 51,6)	61,7% (51,6 - 71,6)	+13,2 p.p.
Não basta garantir a igualdade de oportunidades. O governo deve também limitar o enriquecimento daqueles que ganham demais (percentual discordando)	Política	53,0% (50,0 - 55,9)	53,0% (43,1 - 62,7)	+ 0,0 p.p.
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo (percentual concordando)	Política	72,1% (68,5 - 75,5)	81,1% (71,5 - 88,5)	+9,0 p.p.
Em geral homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres (percentual discordando)	Social	81,8% (79,9 - 83,5)	84,0% (77,6 - 89,0)	+2,2 p.p.
Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres (percentual discordando)	Social	84,2% (85,2 - 85,9)	84,2% (77,8 - 89,3)	-0,0 p.p.
As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem (percentual discordando)	Social	81,3% (79,4 - 83,1)	82,2% (75,7 - 87,4)	+0,9 p.p.

Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2010).

Tabela 3 - Comparação entre as opiniões simuladas na média e as opiniões “completamente informadas”, com base em dados do ESEB de 2014

Opinião	Área	Observada (I.C. 95%)	“Completamente Informada” (I.C. 95%)	Diferença
A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria (porcentagem discordando)	Política	16,8% (14,9 - 19,0)	24,1% (13,7 - 37,3)	+7,3 p.p.
As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência (porcentagem discordando)	Política	58,1% (55,4 - 60,7)	36,0% (25,0 - 47,8)	-22,1 p.p.
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo (percentual concordando)	Política	88,8% (86,8 - 90,6)	92,9% (85,4 - 97,3)	+4,1 p.p.
Só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar social das pessoas (percentual concordando)	Econômica	87,1% (85,1 - 88,9)	90,0% (81,2 - 95,5)	+2,9 p.p.
Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros (percentual discordando)	Social	39,7% (36,9 - 42,6)	32,9% (21,8 - 45,2)	-6,8 p.p.
Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas (percentual discordando)	Social	27,1% (24,5 - 29,8)	41,9% (28,6 - 56,0)	+14,8 p.p.
Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos (percentual concordando)	Econômica	72,7% (70,2 - 75,2)	74,9% (62,9 - 84,5)	+2,2 p.p.
As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência (percentual concordando)	Social	53,4% (50,5 - 56,2)	55,3% (41,7 - 68,3)	+1,9 p.p.

Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2014).

indicar um efeito da informação política para o aumento da disposição em contestar a ordem pública e o Estado de Direito.

Nas simulações com variáveis contínuas do ESEB 2014, exibidas na Tabela 4 apenas uma das perguntas apresentou mudança estatisticamente significante, indicando maior apoio à participação da iniciativa privada na indústria e no comércio. A média das respostas teve uma redução de aproximadamente 12%, indo de 6,26% para 5,45%, indicando um posicionamento razoavelmente mais liberal da opinião pública “completamente informada”. As demais perguntas não atingem significância estatística.

VII. Discussão

Nossos resultados das simulações dos votos em eleições presidenciais e das opiniões políticas dos eleitores brasileiros sugerem que a informação tem efeitos substanciais. Entretanto, no que tange às opiniões dos eleitores, esses efeitos se mostraram limitados a determinadas questões, como a intervenção estatal nas empresas privadas. Outras opiniões, como as que se referem à riqueza e desigualdade econômica e social ou à insuficiência da democracia para a resolução da desigualdade racial no Brasil, medidas pelo ESEB 2010, por exemplo, não apresentaram mudanças significativas, sugerindo que a opinião pública brasileira possivelmente permaneceria sensível a esses problemas caso fosse “completamente informada”.

Esse *mix* de opiniões “liverais” e “progressistas” também foi constatado por Althaus (1998), cujos achados demonstraram que a opinião pública norte-americana, caso fosse mais informada, teria atitudes mais inclinadas à direita em matérias de política econômica e mais à esquerda em questões de política social. No que tange aos nossos achados, podemos levantar uma hipótese sobre o mecanismo causal das mudanças constatadas por nossas simulações. É possível

Tabela 4 - Simulações das opiniões (ESEB 2014, variáveis contínuas)

Opinião	Área	Média Observada (I.C. 95%)	Média “Completamente Informada” (I.C. 95%)	Diferença
A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária (0) a As diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual (10)	Social	5,48 (5,35 - 5,62)	5,30 (4,67 - 5,90)	-3,2%
Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio (0) a Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio (10)	Econômica	6,26 (6,13 - 6,39)	5,45 (4,86 - 6,01)	-12,9%
O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos (0) a As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento (10)	Política	5,91 (5,78 - 6,04)	5,85 (5,24 - 6,43)	-1,0%
A concorrência é uma coisa boa porque estimula as pessoas a trabalhar muito e desenvolver novas ideias (0) a A concorrência é uma coisa ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas (10)	Econômica	5,05 (4,92 - 5,18)	4,49 (3,89 - 5,06)	-11,0%
No longo prazo, quem trabalha muito sempre vai ter uma vida melhor (0) a Nem sempre quem trabalha muito consegue uma vida melhor, isso depende de sorte e de bons relacionamentos (10)	Social	6,24 (6,11 - 6,37)	6,00 (5,40 - 6,57)	-3,8%
Só se pode ficar rico às custas dos outros (0) a O crescimento da riqueza pode beneficiar a todos (10)	Social	6,90 (6,78 - 7,01)	7,07 (6,53 - 7,59)	+2,4%

Fonte: Elaboração própria, a partir de ESEB (2014).

que a informação política faça com que os eleitores se tornem mais céticos em relação a soluções relativamente simples para determinados problemas complexos no âmbito da economia. Em outras palavras, eleitores mais sofisticados podem ser capazes de vislumbrar as consequências positivas (negativas) da adoção de políticas que podem ser consideradas, à primeira vista, danosas (benéficas).

O exemplo da mudança de opinião em relação à definição de salários pelo governo em todas as empresas privadas é emblemático. A diminuição do apoio à intervenção governamental nas empresas privadas nos leva a especular que o eleitor “completamente informado” apoia políticas que pressupõem um entendimento holístico do funcionamento do mercado de trabalho e da economia. É intuitivo esperar que o argumento contra essas medidas governamentais exija mais informação do que a ideia relativamente simples de que uma definição de todos os salários do mercado pelo governo traria mais benefícios aos trabalhadores brasileiros. Obviamente, podemos apenas especular que os eleitores mais informados fazem tais considerações ao manifestar suas opiniões sobre essa questão e que essas questões possuíam relevância na corrida presidencial, dado que não foi feita análise de saliência dos temas.

A hipótese relativa à mudança dos votos guarda conexão com a mudança das opiniões sobre a intervenção governamental nas empresas privadas. Sniderman, Brody & Tetlock (1991), destacam a diferença do processamento de informação entre os cidadãos mais informados e os cidadãos menos informados. Segundo os autores, entre os cidadãos mais informados, há uma consistência entre seu posicionamento político em um espectro ideológico e sua opinião sobre uma política pública. Já entre os cidadãos menos informados, a consistência se refere ao seu sentimento em relação a um grupo afetado pela política

pública e a política pública em si. Ou seja, suas opiniões seriam guiadas mais pelo afeto e menos pelo seu posicionamento político. Podemos especular que essa diferenciação ocorre no caso das opiniões e do voto, isto é, os eleitores “completamente informados”, ao votarem, processam sua escolha eleitoral de forma mais consistente com suas opiniões. E é isso que encontramos em nossos resultados.

As simulações para 2010 e 2014 apontaram o PSDB como principal favorecido por eleitores “completamente informados” nos pleitos presidenciais. Se a informação política torna os eleitores mais favoráveis à redução da intervenção do Estado na economia em determinadas questões, como apontam nossos resultados, é intuitivo que seus votos se direcionem a partidos que são mais inclinados a apoiar tal política. Cabe ressaltar, contudo, que nossas simulações sugerem que o PT ainda receberia uma quantidade considerável de votos no contexto de um eleitorado “completamente informado”.

Esses resultados suscitam um importante debate sobre o voto “correto”. Lau, Andersen e Redlawsk (2008) definem o voto “correto” como o voto convergente com os valores e prioridades do eleitor. Se a informação política torna os eleitores mais aptos ao exercício de *accountability* nas urnas, mantendo os representantes que atuam de acordo com seus interesses e destituindo os que não o fazem, é provável que os eleitores mais informados tenham maiores chances de votar “corretamente”.

Nesse sentido, é possível que os eleitores tenham valores e prioridades semelhantes, como o combate à pobreza, mas difiram consideravelmente na forma de atingir tais objetivos em função da quantidade e qualidade das informações que possuem. Nossos resultados apontaram para mudanças significativas nas preferências por determinadas políticas públicas entre os eleitores, mas não em seus *core values*.

Em suma, as simulações das opiniões e do voto em pleitos presidenciais sugerem que a opinião pública e os resultados das eleições brasileiras seriam distintos caso os eleitores fossem mais informados. A reversão dos resultados das eleições de 2010 e 2014 são especialmente instigantes, pois apontam que os eleitores mudariam suas preferências quanto aos candidatos à presidência. O aumento de votos em partidos considerados mais à direita no espectro ideológico é um fenômeno que ocorreu também no estudo de Bartels (1996), onde o partido Republicano seria mais beneficiado pelos eleitores “completamente informados”. Essa mudança de direção do voto ainda carece de estudos mais aprofundados para explicar possíveis mecanismos causais que levariam a esse resultado. Por enquanto, temos a capacidade apenas de especular sobre esses mecanismos.

VIII. Conclusões

Os efeitos da desinformação política têm sido vistos sob diferentes olhares pela Ciência Política. Embora alguns teóricos argumentem que a falta de informação não tem efeitos significativos sobre a democracia, outros creem que ela pode trazer consequências notáveis para as escolhas coletivas e para as atitudes políticas dos cidadãos. Nossos resultados nos alinham ao segundo grupo de teóricos. Ao reproduzirmos a metodologia utilizada por Bartels (1996) e Althaus (1998), notamos mudanças significativas no voto e nas opiniões dos eleitores brasileiros. Não apenas isso, nossos resultados foram consistentes com os de Bartels (1996), sugerindo que mais informação política provavelmente beneficiaria partidos mais à direita do espectro ideológico em eleições presidenciais.

Entretanto, não podemos deixar de destacar algumas das limitações deste estudo. Em primeiro lugar, não consideramos os indivíduos que não votaram ou que anularam seus votos, além de termos excluído aqueles que não souberam opinar acerca de determinados temas. Não sabemos, portanto, como uma parcela considerável do eleitorado brasileiro votaria e opinaria caso fosse “completamente informada”. Por isso, é importante lembrar que tratamos de um cenário hipotético limitado. Ademais, cabe indagar o quanto plausível é o contrafactual aqui proposto, dadas as consequências metodológicas da manipulação das variáveis de interesse (King & Zeng 2006).

Apesar de tais limitações, nossos resultados vão na contramão da ideia de que os erros da opinião pública são cancelados entre si. Isto é, a falta de informação parece direcionar sistematicamente as preferências coletivas, sugerindo que tais erros não são aleatórios, mas sim produto de assimetrias de informação entre os cidadãos (Althaus, 2008). Essas assimetrias podem ser especialmente problemáticas quando se trata de quais opiniões são levadas em consideração pelos representantes dos eleitores ao tomarem decisões importantes. Nesse sentido, é possível que a informação política dos eleitores tenha efeitos consideráveis sobre o funcionamento da democracia representativa.

De toda forma, mais pesquisas sobre o tema, com abordagens metodológicas diversificadas, são necessárias para que possamos aferir mais precisamente o efeito da informação sobre o comportamento e as atitudes de eleitores em jovens democracias como a brasileira.

¹Alessandro Freire (alessandro.freire@gmail.com) é Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UnB, Brasília, DF, Brasil.

²Pedro Masson (pedro.masson@gmail.com) é Mestrando em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UnB, Brasília, DF, Brasil.

³Mathieu Turgeon (turgeonwork@gmail.com) é Professor Associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Instituto de Ciência Política, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Referências

- Almeida, A.C., 2007. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- Althaus, S.L., 1998. Information Effects in Collective Preferences. *American Political Science Review*, 92(3), pp.545-558. DOI: 10.2307/2585480
- Althaus, S.L., 2008. *Collective Preferences in Democratic Politics: Opinion Surveys and the Will of the People*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bartels, L.M., 1996. Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections. *American Journal of Political Science*, 40(1), pp.194-230. DOI: 10.2307/2111700
- Batista-Pereira, F., 2013. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Opinião Pública*, 19(2), pp.291-319. DOI: 10.1590/s0104-62762013000200003
- Campbell, A.; Converse, P.E.; Miller, W.E. & Stokes, D.E., 1960. *The American Voter*. New York: Wiley.
- Ciepley, D., 1999. Democracy despite Voter Ignorance: A Weberian Reply to Somin and Friedman. *Critical Review*, 13(1-2), pp.191-227. DOI: 10.1080/08913819908443529
- Converse, P.E., 1964. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In D.E. Apter, ed. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press.
- Converse, P.E., 1990. Popular Representation and the Distribution of Information. In J.A. Ferejohn & J.H. Kuklinski, eds. *Information and Democratic Processes*. Urbana: University of Illinois Press.
- Delli Carpini, M.X. & Keeter, S., 1996. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Haven: Yale University Press.
- Fialho, F.M., 2008. Vicissitudes de uma análise de survey à brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), pp.197-200. DOI: 10.1590/s0102-69092008000100015
- Gilens, M., 2001. Political Ignorance and Collective Policy Preferences. *American Political Science Review*, 95(2), pp.379-396. DOI: 10.1017/s0003055401002222

- Howe, P., 2006. Political Knowledge and Electoral Participation in the Netherlands: Comparisons with the Canadian Case. *International Political Science Review*, 27(2), pp.136-166. DOI: 10.1177/0192512106061424
- King, G. & Zeng, L., 2006. The Dangers of Extreme Counterfactuals. *Political Analysis*, 14(2), pp.131-159. DOI: 10.1093/pan/mpj004
- Lau, R.; Andersen, D.A. & Redlawsk, D., 2008. An Exploration of Correct Voting in Recent U.S. Elections. *American Journal of Political Science*, 52(2), pp.395-411. DOI: 10.1111/j.1540-5907.2008.00319.x
- Lupia, A., 1994. Shortcuts vs. Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections. *American Political Science Review*, 88(1), pp.63-76. DOI: 10.2307/2944882
- Luskin, R., 1990. Explaining Political Sophistication. *Political Behavior*, 12(4), pp.331-361. DOI: 10.1007/bf00992793
- Luskin, R.; Fishkin, J.S. & Jowell, R., 2002. Considered Opinions: Deliberative Polling in Britain. *British Journal of Political Science*, 32, pp.455-487. DOI: 10.1017/s0007123402000194
- Mutz, D., 2011. *Population-Based Survey Experiments*. New Jersey: Princeton University Press.
- Neuman, W.R., 1986. *The Paradox of Mass Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Page, B. & Shapiro, R., 1992. *The Rational Public: Fifty Years of Trends in Americans' Policy Preferences*. Chicago: University of Chicago Press.
- Schumpeter, J.A., 2008. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Perennial.
- Sniderman, P.M.; Brody, R.A. & Tetlock, P.E., 1991. *Reasoning and Choice: Explanations in Political Psychology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Somin, I., 1998. Voter Ignorance and the Democratic Ideal. *Critical Review*, 12(4), pp.413-458. DOI: 10.1080/08913819808443511
- Turgeon, M. & Rennó, L.R., 2010. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, 16(1), pp.143-159. DOI: 10.1590/s0104-62762010000100006

Outras fontes

CESOP. Centro de Estudos de Opinião Pública, 2002. *Estudo Eleitoral Brasileiro*. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1583. Acesso em: 19 set. 2018.

What if People Knew more about Politics? Simulating Fully Informed Votes and Attitudes in Brazil

ABSTRACT **Introduction:** Decades of research in public opinion have showed that most people are highly uninformed about politics. However, the consequences of low information on voting and political attitudes remain unclear, especially in young democracies. **Methods:** In this paper, we simulate a “fully informed” electorate using data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) and ask: (1) How would Brazilians vote if they were more informed? and (2) How would public opinion look like if Brazilians were more informed? Here, information refers to knowledge about government and politics, in general. **Results:** Our findings suggest votes and public opinion would be different in Brazil if its electorate were more knowledgeable. The lack of information seems to systematically orientate collective preferences, suggesting that such errors are not random, but rather as a product of information asymmetries among citizens. **Discussion:** These asymmetries can be especially problematic when it comes to which views are taken into account by voter representatives when making important decisions. The effects of political disinformation have been seen under different glances by political science. Although some theorists argue that lack of information has no significant effects on democracy, others believe that it can have notable consequences for collective choices and for the political attitudes of citizens. Our results put us next to the second group of researchers.

KEYWORDS: political knowledge; cognitive shortcuts; votes; political attitudes; voting simulations.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Apêndice

ESEB 2002

Variáveis Dependentes

Voto no Primeiro Turno

“Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno, em Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?”

Código: p07 (Recodificada como 1 = Lula, 2 = Serra, 3 = Garotinho, 4 = Ciro. Demais respostas foram descartadas).

Voto no Segundo Turno

“E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou: Lula ou José Serra?”

Código: p08 (Recodificada como 1 = Lula, 0 = Serra. Demais respostas foram descartadas).

Posicionamentos

Nas perguntas sobre posicionamentos, padronizamos as respostas de moco que as codificadas como “1” indicassem posicionamentos mais liberais e as codificadas como “0” posicionamentos menos liberais.

“Agora eu vou falar várias coisas que o governo pode fazer com as empresas. Para cada frase que eu falar, gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito”.

1 - Discorda Muito, 2 - Discorda um pouco, 3 - Nem concorda nem discorda, 4 - Concorda um pouco, 5 - Concorda muito.

Posicionamento 1: “O governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo do transporte”.

Código: p108a (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 2: “O governo deve dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como por exemplo quantos banheiros elas têm que ter”.

Código: p108b (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 3: “Só as empresas, e nunca o governo, têm de treinar a mão-de-obra e os trabalhadores”.

Código: p108c (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 4: “O governo deve socorrer as empresas em dificuldades”.

Código: p108d (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 5: “O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil”.

Código: p108e (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 6: “Só as empresas, e nunca o governo, devem escolher onde construir uma nova fábrica”.

Código: p108f (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 7: “O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Código: p108g (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 8: “O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Código: p109a (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 9: “O governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil”.

Código: p109b (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 10: “O governo deve permitir que empresas estrangeiras enviem todo o lucro para o exterior”.

Código: p109c (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 11: “ O governo deve oferecer facilidades para atrair investimentos de grandes empresas estrangeiras para o Brasil”.

Código: p109d (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 12: “O governo deve proibir que estrangeiros comprem terras no

Brasil”.

Código: p109d (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 13: “O governo deve obrigar todas as empresas estrangeiras a

ir embora do Brasil”.

Código: p109d (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Variáveis Independentes

Mulher

Código: p158 = 2.

Idade

“Qual a sua idade?”

Código: p157.

Escolaridade

“Até que série o(a) Sr(a) estudou?”

Código: p159 (Descartadas = 77 ou 99).

Casado

“O(a) Sr(a) é: “

Código: p169 = 1 ou 6 (Descartadas = 77 ou 99).

Renda familiar

“Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?”

Código: p176 (Descartadas = 1 ou 2).

Número de pessoas no domicílio

“Contando com o(a) Sr(a), quantas pessoas moram na sua casa?”

Código: p177 (Descartadas = 77 ou 99).

Cor

“O IBGE – instituto que faz os censos no Brasil – usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça?”

Código: p189 (Descartadas = 77 ou 99).

Preto

Código: Cor = 1 (Descartadas quando p189 = 77 ou 99).

Pardo/Moreno

Código: Cor = 2 (Descartadas quando p189 = 77 ou 99).

Sindicalizado

“O(A) Sr(a) é filiado(a) a algum ..?”

Código: p78a = 1 (Descartadas = 77 ou 99).

Católico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua”.

Código: p182 = 8 (Descartadas = 77 ou 99).

Evangélico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua”.

Código: p182 = 2 ou 3 (Descartadas = 77 ou 99).

Conhecimento Político

Variável formada pela soma de 11 perguntas factuais e de posicionamento relativo de partidos e políticos.

Pergunta 1: O(A) Sr(a) poderia me dizer o nome do governador [do seu Estado]? (p51).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 88).

Pergunta 2: Conhecimento do(a) Deputado(a) Federal mais votado(a) (p57).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 88).

Pergunta 3: Conhecimento do(a) Deputado(a) Estadual mais votado(a) (p58).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 4: Na sua opinião, qual é o partido do presidente Fernando Henrique Cardoso? (p55).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu/Não se lembra.

Pergunta 5: Na sua opinião o número 13 é de qual partido? (p56).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto.

Pergunta 6: Posicionamento ideológico relativo a esquerda-direita: PT x PSDB (p41av1, p41av2, p41cv1, p41cv2).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PT < PSDB$, 0 (incorrecto) se $PT > = PSDB$.

Pergunta 7: Posicionamento ideológico relativo a esquerda-direita: PT x PFL (p41av1, p41av2, p41dv1, p41dv2).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PT < PFL$, 0 (incorrecto) se $PT > = PFL$.

Pergunta 8: Posicionamento ideológico relativo a esquerda-direita: Lula x Serra (p59av1, p59av2, p59bv1, p59bv2).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $Lula < Serra$, 0 (incorrecto) se $Lula > = Serra$ (. = Não se aplica).

Pergunta 9: Posicionamento ideológico relativo a esquerda-direita: Lula x Garotinho (p59av1, p59av2, p59cv1, p59cv2).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $Lula < Garotinho$, 0 (incorrecto) se $Lula > = Garotinho$.

ESEB 2010

Variáveis Dependentes

Voto no Primeiro Turno

“EM QUEM O(A) SR(A) VOTOU PARA PRESIDENTE NO PRIMEIRO TURNO?”

Código: v86 (Recodificada como 1 = Dilma, 2 = Serra, 3 = Marina. Demais respostas foram descartadas).

Voto no Segundo Turno

“EM QUEM O(A) SR(A) VOTOU PARA PRESIDENTE NO SEGUNDO TURNO?”

Código: v96 (Recodificada como 1 = Dilma, 0 = Serra. Demais respostas foram descartadas).

Posicionamentos

Nas perguntas sobre posicionamentos, padronizamos as respostas de forma que as codificadas como 1 indicassem posicionamentos mais liberais e as codificadas como 0 posicionamentos menos liberais.

“AGORA VOU LER PARA O(A) SR(A) UMA SÉRIE DE FRASES E GOSTARIA QUE

O(A) SR(A) DISSESSE SE CONCORDA MUITO, CONCORDA POUCO, DISCORDA POUCO OU DISCORDA”:

1 - Concorda Muito, 2 - Concorda pouco, 3 - Nem concorda nem discorda (espontânea), 4 - Discorda pouco, 5 - Discorda muito, 6 - NS, 7 – NR.

Posicionamento 1: “As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros”.

Código: v204 (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 2: “O governo deve dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como por exemplo quantos banqueiros elas têm que ter”.

Código: p108b (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 3: “Só as empresas, e nunca o governo, têm que treinar a mão-de-obra e os trabalhadores”.

Código: p108c (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 4: “O governo deve socorrer as empresas em dificuldades”.

Código: p108d (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 5: “O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil”.

Código: p108e (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 6: “Só as empresas, e nunca o governo, devem escolher onde construir uma nova fábrica”.

Código: p108f (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 7: “O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Código: p108g (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 8: “O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Código: p109a (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 9: “O governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil”.

Código: p109b (4 ou 5 = 0; 1 ou 2 = 1. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 10: “O governo deve permitir que empresas estrangeiras enviem todo o lucro para o exterior”.

Código: p109c (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 11: “O governo deve oferecer facilidades para atrair investimentos de grandes empresas estrangeiras para o Brasil”.

Código: p109d (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Variáveis Independentes

Mulher

Código: SEXO = 2

Idade

“QUANTOS ANOS O(A) SR(A) TEM?”

Código: IDADE

Escolaridade

“ATÉ QUE ANO O(A) SR(A) CURSOU NA ESCOLA?”

Código: ESC

Casado

“O(a) Sr(a) é”:

Código: ESTCIVIL = 1 ou 2 (Descartadas = 90).

Renda Familiar:

“O(A) SR(A) PODERIA ME DIZER QUAL É APROXIMADAMENTE A RENDA MENSAL DO SEU DOMICÍLIO, ISTO É, A SOMA DA RENDA MENSAL DE TODOS OS MEMBROS DO SEU DOMICÍLIO?”

Código: FXRENDAF (Descartadas = 8).

Número de pessoas no domicílio

“QUANTAS PESSOAS, DE 16 ANOS OU MAIS, RESIDEM NESTE DOMICÍLIO?”

Código: PESSOASDOMIC

Cor

“COMO O(A) SR(A) SE CONSIDERA: (LER OPÇÕES 01 A 05)”. (ESTIMULADA E ÚNICA).

Código: COR (Descartadas = 80).

Preto

Código: COR = 2

Pardo/Moreno

Código: COR = 3

Sindicalizado

“O(a) Sr(a) ou alguém da sua casa é filiado(a) a algum ?”

Código: v167 = 1 (Descartadas = 5).

Católico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua” (estimulada e única).

Código: RELIGI = 8 (Descartadas = 99).

Evangélico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) sr(a) indique qual delas é a sua”. (estimulada e única).

Código: RELIGI = 2 ou 3 (Descartadas = 99).

Conhecimento político

Variável formada pela soma de 11 perguntas factuais e de posicionamento relativo de partidos e políticos.

“Gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas”:

Pergunta 1: Geraldo Alckmin é filiado ao PTB (v171).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 2: Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo Voto Majoritário (v173).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

“Vou ler para o(a) Sr(a) o nome de alguns políticos e gostaria que me dissesse a qual partidos eles são filiados. De qual partido (ler o nome do político). É filiado?”

Pergunta 3: A qual partido Fernando Henrique Cardoso é filiado? (v179).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 4: Qual partido José Sarney é filiado? (v184).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 5: Qual partido José Serra é filiado? (v185).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 6: Qual partido Marina Silva é filiada? (v188).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 7: Qual partido Michel Temer é filiado? (v189).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu.

Pergunta 8: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: Dilma x Serra (v76 e v77).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se Dilma < Serra, 0 (incorreto) se Dilma > = Serra.

Pergunta 9: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PT x PSDB (v66 e v68).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se PT < PSDB, 0 (incorreto) se PT > = PSDB.

Pergunta 10: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PT x DEM (v66 e v69).

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se PT < DEM, 0 (incorreto) se PT > = DEM.

ESEB 2014

Variáveis Dependentes

Voto no Primeiro Turno

“Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno?”

Código: q5p1b (Recodificada como 1 = Dilma, 2 = Aécio, 3 = Marina. Demais respostas foram descartadas).

Voto no Segundo Turno

“Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no segundo turno?”

Código: q5p2b (Recodificada como 1 = Dilma, 0 = Aécio. Demais respostas foram descartadas).

Posicionamentos com variáveis dicotômicas

Nas perguntas sobre posicionamentos, padronizamos as respostas de forma que as codificadas como 1 indicassem posicionamentos mais liberais e as codificadas como 0 posicionamentos menos liberais.

“Vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) Sr(a) dissesse se concorda ou discorda”.

1 - Concorda Muito, 2 - Concorda um pouco, 3 - Nem concorda nem discorda, 4 - Discorda um pouco, 5 - Discorda muito.

Posicionamento 1: “A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria”.

Código: pc10a (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 2: “As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência”.

Código: pc10b (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0. Demais respostas descartadas).

Posicionamento 3: “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”.

Código: pc10c (1 ou 2 = 1; 4 ou 5 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 4: “Só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar social das pessoas”.

Código: pc13a (1 ou 2 = 1; 4 ou 5 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 5: “Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros”.

Código: pc13b (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 6: “Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas”.

Código: pc13c (4 ou 5 = 1; 1 ou 2 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 7: “Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos”.

Código: pc13d (1 ou 2 = 1; 4 ou 5 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamento 8: “As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência”.

Código: p109a (1 ou 2 = 1; 4 ou 5 = 0). Demais respostas descartadas.

Posicionamentos com variáveis contínuas

diferencas renda: “A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária” (1); “as diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12a.

industria_comercio: “Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio” (1); “deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12b.

governo_sustento: “O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos” (1); “as pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12c.

concorrencia_trabalho: “A concorrência é uma coisa boa porque estimula as pessoas a trabalhar muito e desenvolver novas ideias” (1); “a concorrência é uma coisa ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12d.

trabalho_vida: “No longo prazo, quem trabalha muito sempre vai ter uma vida melhor” (1); “nem sempre quem trabalha muito consegue uma vida

melhor, isso depende de sorte e de bons relacionamentos” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12e.

enriquecimento_custas: “Só se pode ficar rico às custas dos outros” (1); “o crescimento da riqueza pode beneficiar a todos” (10). Demais respostas descartadas.

Código: pc12f.

Variáveis Independentes

Mulher

Código: d2_sexo = 2

Idade

“Qual é a sua idade?”

Código: d1a_idade

Escolaridade

“Até que série o(a) Sr(a) estudou?”

Código: d3_escola

Casado

“O(a) Sr(a) é”

Código: d4_est_civil = 1 ou 2 (Descartadas = 7 e 8).

Renda Familiar:

“Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?”

Código: d20_rend_domicilio (Descartadas = 9999998 e 9999999).

Número de pessoas no domicílio

“Quantas pessoas residem neste domicílio?”

Código: d21a_pessoas_casa

Cor

“O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça”.

Código: d27a_cor_ibge (Descartadas = 8 e 9).

Preto

Código: Cor = 1 (Descartadas quando d27a_cor_ibge = 8 ou 9).

Pardo/Moreno

Código: Cor = 2 (Descartadas quando d27a_cor_ibge = 8 ou 9).

Sindicizado

“O(A) Sr(a) é filiado(a) a algum...?”

Código: d5=1 (Descartadas = 3 ou 4).

Católico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua”.

Código: d24_religiao = 3 (Descartadas = 14 e 15).

Evangélico

“Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua”.

Código: d24_religiao = 5 (Descartadas = 14 ou 15).

Conhecimento Político

Variável formada pela soma de 11 perguntas factuais e de posicionamento relativo de partidos e políticos.

Pergunta 1: Pelo que o(a) Sr(a) sabe ou ouviu falar, qual dessas pessoas foi o Ministro da Fazenda durante o governo Dilma? (q20a).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 6).

Pergunta 2: E pelo que o(a) Sr(a) sabe ou ouviu falar, qual dessas foi a taxa de desemprego do Brasil em AGOSTO de 2014? (q20b).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 6).

Pergunta 3: E pensando no que o(a) Sr(a) sabe ou ouviu falar, qual é hoje o segundo maior partido na Câmara dos Deputados? (q20c).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 6).

Pergunta 4: Qual dessas pessoas é o atual Secretário Geral da ONU (Organização das Nações Unidas?) (q20d).

Código: 1 se correto, 0 se incorreto ou Não sabe/Não respondeu (Descartadas = 6).

Pergunta 5: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PT x PSDB

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PT < PSDB$, 0 (incorreto) se $PT \geq PSDB$ (Descartadas = 14 e 15).

Pergunta 6: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PT x DEM

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PT < DEM$, 0 (incorreto) se $PT \geq DEM$ (Descartadas = 14 e 15).

Pergunta 7: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PSB x PSDB

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PSB < PSDB$, 0 (incorreto) se $PSB \geq PSDB$ (Descartadas = 14 e 15).

Pergunta 8: Posicionamento ideológico relativo a Esquerda-Direita: PSB x DEM

Código: Escala que vai de 0 (esquerda) a 10 (direita), em que 1 (correto) se $PSB < DEM$, 0 (incorreto) se $PSB \geq DEM$ (Descartadas = 14 e 15).